

Sarney confirma: medidas ruins devem vir, aos poucos.

JORNAL DA TARDE Carlos Chagas 29 JAN 1987

Se Maquiavel visse no século XX por certo reformularia o conselho dado ao príncipe, de que o bem deve ser feito por etapas, mas o mal, de uma só vez. Com o advento da televisão, torna-se amplamente negativo o impacto de medidas impopulares editadas em conjunto, como demonstrou o episódio recente do Cruzado II.

O raciocínio é do presidente José Sarney, feito na noite de terça-feira, para justificar a decisão do governo de não adotar mais pacotes econômicos. As iniciativas necessárias à correção e superação de problemas, sejam eles econômicos ou políticos, tornam-se a partir de agora de maneira natural e escalonada, sem o sentido de impacto. A palavra pacote acaba de ser banida do dicionário da Nova República, como fruto da experiência.

Diante da reunião marcada para ontem, do Conselho Monetário Nacional, o presidente José Sarney conversou longamente na véspera com diversos de seus ministros, buscando harmonizá-los e traçar a estratégia final para enfrentar a crise econômica. Estiveram com ele, pessoalmente ou por telefone, os ministros da Fazenda, Dilson Fúaro, do Planejamento, João Sayad, do Trabalho, Almir Pazzianotto, e da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, bem como os ministros com gabinete no Palácio do Planalto, Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, e Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI. No final da noite parecia definida a estratégia, que implicará a divulgação gradativa de uma série de medidas, algumas, aliás, já adotadas ontem, após a reunião do CMN.

O objetivo maior das iniciativas é evitar a hiperinflação, compatibilizando preços e salários e mantendo o crescimento econômico, de forma a levar empresários e trabalhadores a um denominador comum capaz de mantê-los em convivência de interesses. Isso poderá ser conseguido na medida em que, depois de disparado o gatilho salarial, aumentado o salário mínimo e autorizado o realinhamento de preços em torno dos 25% sobre os números de 28 de fevereiro do ano passado, ficar claro que novos aumentos de preços levarão obrigatoriamente a novos aumentos de salários. As duas partes, assim, conforme o governo, interessará a trégua, numa primeira etapa, em condições de gerar a estabilidade, em seguida, sem que se apele para o congelamento.

Os entendimentos entre empresários e trabalhadores prosseguem, apesar de não ter sido assinado um acordo, na semana passada. Mesmo sem a formalização do aval dos representantes das duas categorias, o governo procura a solução para a crise econômica dentro de parâmetros obtidos nos debates com trabalhadores e empresários. Esse diálogo não se interrompeu, tanto que o ministro Almir Pazzianotto, depois de estar com o presidente, na noite de terça-feira, foi jantar com dirigentes das principais confederações de

trabalhadores, como os da indústria, do comércio, dos transportes marítimos, dos transportes terrestres e dos bancos. Eles podem não representar a totalidade dos trabalhadores, tendo em vista a existência paralela da CUT (Central Única dos Trabalhadores), da CGT (Central Geral do Trabalhadores) e congêneres, mas dispõem de parcelas de representatividade.

A Estratégia

Os aspectos centrais da estratégia do governo, já desencadeada, são os seguintes:

1. Realinhamento dos preços em torno dos 25%, em função dos números vigentes a 28 de fevereiro do ano passado, conforme proposta dos empresários. Esses preços ficarão sob a supervisão do Conselho Interministerial de Preços, valendo para todos os gêneros e produtos. Nos casos de aumentos já verificados, de lá para cá, a regra é abatê-los dos 25%, ainda que cada caso seja um caso. O CIP examinará os pedidos, sempre que provocado. Haverá um acompanhamento por parte de comissão de trabalhadores, nessas decisões do CIP.

2. Uma vez realinhados, os preços deverão vigorar por 90 dias, sem que os empresários pretendam aumentá-los, já que as consequências seriam novos disparos do gatilho salarial, a permanecer intocável.

3. Não haverá congelamento dos preços, mas fiscalização; no correr dos 90 dias de trégua o governo admitirá retirar do conjunto aqueles gêneros e produtos considerados supérfluos.

4. Os índices de correção do custo de vida serão aferidos em função de gêneros e produtos de primeira necessidade, constantes da cesta básica, não sendo computados os supérfluos.

5. A fiscalização, isto é, o controle dos preços, deverá ser descentralizada em alguns casos, ficando a cargo de comissões paritárias regionais, compostas por representantes dos empresários, dos trabalhadores e do governo. Em outros casos, permanecerá com caráter nacional. Num exemplo: tarifas de ônibus dependem de fatores regionais, como o preço do transporte de combustíveis às diversas regiões. Mas tarifas de passagens aéreas devem permanecer unificadas.

6. Será autorizado um aumento nos aluguéis, a partir de março, limitado a 25%.

7. O gatilho salarial funcionará em função dos aumentos já havidos na inflação, em dezembro e janeiro, iniciando-se a partir daí a trégua de 90 dias. Não aumentando os preços dos gêneros e produtos fundamentais, não aumentarão os salários. Caso contrário, o gatilho irá disparar automaticamente.

8. O salário mínimo será aumentado nas próximas horas, em índices que caberá ao presidente da República fixar.

9. As negociações normais sobre aumento de salários prosseguirão conforme as datas-base das diversas categorias.